

ROSENSTEIN-RODAN E SIMONSEN: PENSAMENTOS QUE CONVERGEM ANTE OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

ANGELO BRIÃO ZANELA¹

RESUMO:

As primeiras abordagens sobre “teorias do desenvolvimento econômico” destacaram os trabalhos de Rosenstein-Rodan e Roberto Simonsen. Nesse artigo, concluiu-se que os pensamentos desses ilustres personagens mostravam pontos de convergência principalmente, quando os autores advogaram a favor da formação de capital e da industrialização, do planejamento econômico e da intervenção estatal, para o alcance do desenvolvimento em áreas economicamente atrasadas. Ideias que, desde então, contribuíram na elaboração de projetos para ampliação da atividade Industrial e a diversificação de sua capacidade produtiva, tanto no período de 1930-45, quanto em períodos subsequentes. Ideias que ainda despertam o interesse pela pesquisa a vários estudiosos na área de desenvolvimento econômico.

Palavras-Chaves: Simonsen-Rodan. Ideias convergentes. Industrialização e desenvolvimento econômico.

SUMMARY

The first approaches on "economic development theories" highlighted the works of Rosenstein-Rodan and Roberto Simonsen. In this article, it was concluded that the thoughts of these illustrious characters showed points of convergence mainly when the authors advocated in favor of capital formation and industrialization, economic planning and state intervention, to reach development in economically backward areas. Ideas that since then have contributed to the elaboration of projects to expand the Industrial activity and the diversification of its productive capacity, both in the period of 1930 45 and in subsequent periods. Ideas that still arouse the interest for the research to several scholars in the area of economic development.

Keywords: Simonsen-Rodan. Convergent ideas. Industrialization and economic development.

Área Temática: Metodologia e História do Pensamento Econômico (HPE)

Classificação JEL: B2, B20, O2

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná – PPGDE/UFPR.

1. INTRODUÇÃO

Entre 1930-45, Paul N. Rosenstein Rodan e Roberto Cochrane Simonsen lançaram ideias que, além de justificarem o gigantismo intelectual a eles atribuído, também serviram de apoio à elaboração e execução de projetos por parte das correntes de pensamento que entendiam a importância da industrialização para geração de desenvolvimento econômico em nível global e, principalmente, nos países em desenvolvimento. Simonsen, brasileiro, historiador e um industrial reconhecidamente notável – conforme sugere a literatura especializada: o patrono dos desenvolvimentistas brasileiros – difundiu a ideia de industrializar o Brasil para que o país pudesse superar os entraves rumo ao desenvolvimento econômico e social.

O polonês Rosenstein-Rodan, estudante em Viena nos anos 20, começou seus estudos em economia abordando a teoria austríaca da demanda do consumidor. Mas, foi na área de desenvolvimento econômico que residiu sua maior contribuição à teoria econômica. Em 1934 publicou o artigo “*The Role of Time in Economic Theory*”. Nele, o autor aborda três questões referentes ao papel do tempo na economia, o que por sua vez permitiu a Rodan estabelecer um instrumental analítico, e que mais adiante, lhe abriu a possibilidade de investigar os problemas nos países subdesenvolvidos. Em 1943 publicou: “*Problems of Industrialization of Eastern and South Eastern Europe*” – um documento seminal sobre as teorias do desenvolvimento econômico que por décadas serve de documento-base a vários estudos.

Serviuiu de estímulo para a busca dos pontos de convergência no pensamento dos dois autores, o fato de que não houve referências ao pensamento de Rodan nos escritos de Simonsen; mesmo que se leve em consideração a distância que os separava ou as características distintas dos cenários onde as ideias se desenvolveram. Isso pode ser observado ao se rever as principais obras publicadas por eles no período em questão: *Problems of Industrialization...* (1943), “*The International Development of Economically Backward Areas*” (1944) e “*Evolução da Indústria Nacional*” (1939), “*As indústrias e as Pesquisas Tecnológicas*” (1941 - 1943) e “*A Indústria e o Intercâmbio Econômico Brasil – Estados Unidos*” (1944). Ou seja, não se observa nos trabalhos do brasileiro – escrito a partir de alguns eixos estruturantes – qualquer menção ao pensamento de Rosenstein-Rodan.

Então, a pergunta que se estabeleceu foi a seguinte: ao rever os principais trabalhos dos autores no período de 1930-45, é possível destacar pontos em comum entre os pensamentos de Roberto Simonsen e Rosenstein-Rodan? Para responder essa indagação, além dessa introdução, a seção dois faz uma breve recapitulação sobre o processo de desenvolvimento econômico brasileiro entre 1930-45 – a respectiva seção permite, não só observar como Simonsen estabeleceu suas principais ideias, mas também, o cenário que permitiu a evolução da atividade industrial e a diversificação de sua capacidade produtiva. Na seção três será apresentado o pensamento de Rosenstein-Rodan e as propostas sobre industrialização e desenvolvimento com base em seu artigo de 1943. A seção quatro apresenta às considerações finais e a última seção as referências.

2. INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO A PARTIR DAS IDEIAS DE ROBERTO COCHRANE SIMONSEN (1930-45)

Obviamente, os grandes acontecimentos promovidos em torno da relação entre industrialização e desenvolvimento econômico, acompanhados pelas transformações política, econômica e social brasileira, não se resumem ao interregno dos 15 anos observados entre as décadas de 30 e 40. Uma resenha bem mais ampla – dissertando sobre os eventos ocorridos antes e depois do período em questão – seria bem-vinda. No entanto, é um período de fundamental importância para o resgate das ideias lançadas por Roberto Simonsen, as quais,

além de justificar o gigantismo intelectual a ele atribuído, também serviram de apoio à elaboração e execução de projetos por parte das correntes desenvolvimentistas.

Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) divulgou a ideia de industrializar o Brasil para que o país pudesse superar os entraves rumo ao desenvolvimento econômico e social. O conteúdo desenvolvimentista de seu pensamento levou este personagem a ser reconhecido como o patrono dos desenvolvimentistas brasileiros. Conforme as palavras de Heitor Ferreira Lima, citado na obra de Teixeira *et al.* (2010 p, 13), Simonsen: *“foi o mais combativo e o mais importante industrialista que o Brasil já teve”*. Qualificações ressaltadas por Bielschowsky (1996, pg. 82), onde o autor se reporta a Simonsen como: *“o maior líder industrial brasileiro, foi o grande ideólogo do desenvolvimentismo”*.

Empresário, engenheiro e economista, Simonsen defendia com grande força a industrialização do Brasil e a proteção do Estado às indústrias nascentes (Teixeira *et al.* 2010). Um homem culto, que ao publicar obras importantes, principalmente, na área de história econômica, conseguiu reunir elementos básicos à formação do pensamento daqueles que viam na industrialização moderna, uma alternativa para o desenvolvimento. A esse respeito, Bielschowsky (1996, pg. 82, grifo meu) ressalta que: *“a obra de Simonsen contém elementos básicos do ideário desenvolvimentista, presentes no pensamento de todas as correntes favoráveis, nos anos 40 e 50, à implantação de um capitalismo industrial moderno no país”*.

Dentre as principais teorias que buscam explicar a industrialização brasileira, Simonsen incorporava a *“Teoria dos Choques Adversos”*. Essa teoria entende que a industrialização brasileira foi impulsionada por crises no setor exportador, guerras ou crises econômicas internacionais – os choques adversos. Tais adversidades, ocorridas no setor externo da economia, afetam a economia brasileira impondo dificuldades à exportação (Suzigan, 1976). O autor ressalta ainda que, na visão de Simonsen, a indústria nacional teria reagido positivamente à Primeira Guerra Mundial, contrapondo-se, com isso, a opinião de Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares, em que segundo os autores, a crise do café e a Grande Depressão dos anos 30 foram fundamentais para o desenvolvimento industrial brasileiro.

O pensamento de Simonsen seguiu premissas que estruturaram seu pensamento desenvolvimentista. Em Simonsen (1939), por exemplo, a industrialização era a forma de superação da pobreza, devendo prosseguir de forma integrada, alcançando as indústrias de base, como por exemplo, as de aço e química pesada. Simonsen (1939), também ressalta que o desenvolvimento das atividades industriais não ocorreria a *bel-prazer* das forças de mercado, e sim, a partir de ações coordenadas e planejadas por parte do Estado. Acredita-se com isso, que Simonsen atribuía à participação estatal, uma das vias de sucesso ao projeto de industrialização do país. A esse respeito, Teixeira *et al.* (2010, pg. 15), mencionam que, na visão de Simonsen:

O sucesso do projeto de industrialização dependia de um decidido apoio governamental, onde o protecionismo e o planejamento econômico seriam instrumentos indispensáveis para a promoção do desenvolvimento. A intervenção estatal deveria, no entanto, ir além dos mecanismos indiretos e incluir investimentos diretos nos setores básicos em que a iniciativa privada não se fizesse presente.

Para Curado (2012, pg. 617): *“o frágil desenvolvimento do capital privado nacional no período e as barreiras existentes para sua atuação em diversas atividades econômicas constituíam-se nos elementos centrais do argumento de Simonsen de defesa da intervenção estatal”*.

O papel do Estado e as questões de planejamento a partir dos anos de 1930, são caracterizados pela presença de um órgão público que planejava, orientava, financiava, regulava as atividades econômicas e atuava ainda como produtor direto e agente da manutenção da ordem social. Houve ainda uma maciça força investidora sendo exercida pelo

agente público depois da Segunda Guerra Mundial em setores de infraestrutura – a fim de dinamizar as condições armazenamento e transporte da produção nacional – de energia, indústria de base e comunicação ou atuando diretamente em atividades produtivas (ABREU *et al.*, 1990). Tais atividades servirão de impulso ao processo de industrialização do país; claro, não deixando de levar em consideração que as instituições internacionais ocuparam lugar central na oferta de bens de consumo durável².

Mas, o ideário desenvolvimentista de Simonsen quando confrontado com a forma pela qual se estabeleceu a industrialização brasileira e as mudanças no cenário político, econômico e social em níveis globais, posteriores aos anos de 1930, revelou alguns equívocos que estariam relacionados, por exemplo, ao pensamento de que, ao se industrializar o país, a pobreza estaria superada. Apesar do notório crescimento e de transformações estruturais significativas, a miséria permaneceu, juntamente, com a concentração da renda e as desigualdades sociais. Segundo Teixeira *et al.* (2010), no desenvolvimentismo brasileiro tanto a ideologia, quanto as estratégias para a ação do Estado, se mostraram contraditórias na medida em que se acirravam as tensões entre os setores reformistas e os que se alinhavam aos interesses do capital privado nacional e internacional. Não raro, estes setores eram capazes de produzir propostas políticas com objetivos divergentes.

Referente às ideias de Roberto Simonsen em prol dos projetos desenvolvimentistas e suas formas de financiamentos, havia uma relação tecnicamente menos elaborada. Ou seja, no início da década de 30, Simonsen defendia a ideia de que era preciso criar bancos industriais e, ao aproveitar o final da Segunda Guerra, reivindicar ajuda financeira dos Estados Unidos (BIELSCHOWSKY, 1996). Essa era uma opção vista como um tanto otimista, uma “*proposição que, sem dúvida, esta na raiz de sua revolta contra o Plano Marshall*” (BIELSCHOWSKY, 1996, pg.86). O pensamento de alguns autores é de que os projetos de Simonsen para a industrialização brasileira parecia não desfrutar de fundamentos analiticamente estabelecidos, dificultando muitas vezes, a avaliação de suas propostas. Para Bielschowsky (1996, pg. 87), por exemplo:

[...] Simonsen não viveu a fértil década de elaboração da chamada ‘economia do subdesenvolvimento’ que se seguiu à II Guerra Mundial e que trouxe a América Latina a resposta analítica da Cepal as proposições teóricas e práticas do liberalismo econômico. Seu pensamento pairou, por isso, sobre um vazio teórico, dificuldade que seu espírito predominantemente político e alheio às acadêmicas de ciências econômicas lhe permitiu simplesmente ignorar.

Ao mesmo em que se consideram certas limitações, também se entende que pensamento proposto por Roberto Simonsen pairou sobre a evolução das diversas formas de propor a atividade Industrial e a diversificação de sua capacidade produtiva. A literatura pesquisada sugere que apesar de não se chegar a formular uma estratégia que coordenasse os instrumentos de ação do Estado com vistas à industrialização, foi com base nas ações impostas pelo próprio Estado que se deram os primeiros ensaios sobre planejamento industrial, cujas estratégias ensejavam a elaboração de políticas que permitissem, simultaneamente, a expansão setorial e o desenvolvimento econômico e social. Durante o enfrentamento dos desafios ao planejamento. Abreu *et. al.* (1990) e Curado (2012), verificaram, por exemplo, que entre 1933 e 1939, o setor industrial cresceu a uma taxa média de 11,2% a.a. Curado realça as

² Nesse sentido, o que parece ter escapado da órbita do pensamento ideológico de Simonsen é que durante duas décadas a industrialização brasileira ficou restringida em virtude da falta de um departamento constituído de bens de capital. Esse setor que começa a se fortalecer na década de 40 e completa sua formação na segunda metade da década de 50, acabou por promover um novo padrão capitalista de produção, cujos movimentos mundialmente estabelecidos dariam origem a chamada: internacionalização do capital ou a transnacionalização da economia brasileira. Como resultado, embora a industrialização brasileira tenha sido acompanhada pela ação do Estado, o desenvolvimento deste processo se deu pela estratégia de crescimento, padrão de produção, acumulação de capital e decisões de investimentos de indústrias de bens duráveis de consumo (TEIXEIRA, *et al.*, 2010).

informações contidas no trabalho de Possas (1983) em que, segundo esse, na década de 1920, cerca de 75% da produção industrial era derivada do setor de bens saláριο, com participação significativa dos ramos têxteis, bebidas e produtos alimentares, enquanto o setor de bens de produção respondia por apenas 7% do produto. Criaram-se importantes instituições, entre as quais, segundo Malan e Bonelli (1977) destacam-se: a) o Conselho Federal de Comércio Exterior, criado em 1934, com importante participação nas estratégias de implantação de indústrias; como por exemplo, as indústrias de celulose, álcalis e vidros planos; b) a Coordenação da Mobilização Econômica, que por sua vez, deu origem ao Setor de Produção Industrial (SPI) – uma tentativa de organizar o planejamento industrial brasileiro em 1942; c) No início de 1944 foi criado o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, cujo objetivo seria o de programar a política industrial e comercial para o período do pós-guerra.

Até aqui, pode-se dizer que diante da política industrial implementada, da criação das instituições supracitadas e da criação de indústrias por parte do Estado, o setor industrial acabou se consolidando. Acrescenta-se ainda, que a ação pública participou tanto da implantação, quanto da produção nas indústrias dos chamados setores estratégicos, como a indústria de base e energia elétrica. Entre os empreendimentos estatais (Suzigan, 1976), Malan e Bonelli (1977) e Abreu (1990), destacam: a) A Cia. Vale do Rio Doce em 1942 (mineração); b) Cia. Siderúrgica Nacional (CSN) em 1944; c) A Cia. de Aços Especiais Itabira em 1944; d) No setor químico, a Cia. Nacional de Álcalis em 1943; e) Também em 1943, no setor de motores, a Cia. Nacional de Motores (FNM); f) No setor de energia elétrica, em 1945, a Cia. Hidrelétrica de São Francisco.

No que se refere ao financiamento para compor tais empreendimentos – e com a intensificação do processo de substituição de importações – o Estado contou com créditos oriundos, principalmente, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) do Banco do Brasil. Criada em 1937, a respectiva instituição, *“embora tivesse por objetivo principal o financiamento à agricultura, teve importante participação no financiamento à compra de máquinas e equipamentos industriais em geral, e à implantação de algumas indústrias de insumos básicos como celulose e papel, alumínio e siderurgia”* (Villela e Suzigan, 1973, pp. 169-170)³.

É também uma característica desse período, o considerável grau de protecionismo direcionado a indústria nacional, isto, devido às condições desfavoráveis relativas ao setor externo, provocadas pela Depressão de 30 e o imediato pós-Segunda Guerra. Entre os instrumentos protecionistas estavam principalmente àqueles ligados às políticas cambiais – controle de câmbio e contingenciamento de importações nos anos 30 e 40 – e as tarifas aduaneiras.

Vale ressaltar, que na opinião de alguns autores, uma estratégia de desenvolvimento industrial bem definida, só viria a ocorrer a partir da segunda metade da década de 50. Entre esses autores estão: Furtado (1959), Fishlow (1972), Abreu (1990) e Suzigan (2000). Em Furtado (1959), por exemplo, encontra-se o conceito de “industrialização espontânea” – uma interpretação cepalina da experiência de desenvolvimento da América latina após a Primeira Guerra e também em relação à década de 30. Ao tratar sobre o respectivo conceito furtadiano, Villela e Castro (2014, pg. 258), mencionam o seguinte:

A análise de Furtado do chamado ‘deslocamento do centro dinâmico da economia’, operado na década de 30, constitui o enunciado clássico da tese de industrialização espontânea para o caso do Brasil. Para o autor o conjunto de queda do *quantum* importado (devido à menor capacidade de importar que se seguisse ao colapso dos preços internacionais do café) e a manutenção da renda doméstica (via política de

³ Vale ressaltar que o BNDE, importante agência pública e provedora de recursos para ampliação de setores estratégicos como energia e transportes, passou a operar a partir de 1952.

defesa do setor cafeeiro), ocorrida no governo Vargas, estariam na raiz da precoce recuperação da economia brasileira dos efeitos da Grande Depressão. Tal recuperação – e posterior aceleração do crescimento – por sua vez, envolveu a transferência de recursos da agricultura de exportação para as atividades voltadas ao mercado doméstico. Este processo foi liderado pelo setor industrial, agora alçado à condição de novo centro dinâmico da economia.

Reúnem-se assim, os argumentos em defesa da ideia de que a industrialização ocorrida no Brasil após a crise de 1930 foi “espontânea”, ou seja, não teria sido decorrida de políticas deliberadas por parte do governo. Porém, nos trabalhos de Fonseca (1989) e Fonseca (2011) discorda-se das teses anteriores. O autor argumenta que haveria de fato uma ação consciente por parte do governo Vargas para promover a industrialização nos anos 30. A própria criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil em 1937 e as políticas de controle de importações e reforma tributária de 1934 – ambas protecionistas – além dos discursos de Vargas a favor da industrialização avalizam a opinião em apoio à existência de uma ação deliberada do Estado para industrialização no Brasil (VILLELA e CASTRO, 2014). A opinião de Curado (2012, pg. 10), converge com a de Fonseca, onde o primeiro menciona que: “a partir de 1937, com a instituição do Estado Novo, Vargas assume deliberadamente o projeto industrializante, baseado na proteção à indústria nacional e na realização de investimentos públicos. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1941 é um símbolo deste projeto”.

3. INDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOB A ÓTICA DE PAUL NARCYZ ROSENSTEIN-RODAN

Estudante em Viena da década de 1920, Paul Narcyz Rosenstein-Rodan começou seus estudos em economia abordando a teoria austríaca da demanda do consumidor. Mas, foi na área de desenvolvimento econômico que residiu sua maior contribuição à teoria econômica. Em 1934 foi publicado seu artigo “*The Role of Time in Economic Theory*”. Nele, o autor aborda três questões referentes ao *papel do tempo na Economia*. Primeiramente, tratou da duração de tempo na qual está inserida uma atividade econômica. Em seguida, tratou da análise do tempo como um bem econômico – na medida em que um determinado período de tempo seria escasso para a execução de diferentes atividades. Por último, a velocidade de ajustamento dos mercados – para o autor, uma questão relevante no estudo sobre desenvolvimento econômico, levando em consideração a ocorrência das mudanças conjunturais em um sistema econômico. Em virtude disso, com um instrumental analítico em mãos, Rodan da início, em 1943, a investigação sobre os problemas nos países subdesenvolvidos. No limiar do pós-guerra, o autor publica o artigo: “*Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*”, um trabalho que acabou servindo de documento-base a vários estudos em desenvolvimento econômico nesta década e em décadas subsequentes – na verdade, um documento seminal sobre as teorias do desenvolvimento econômico. O artigo parte do pressuposto de que a formação de capital e a industrialização têm a capacidade de gerar desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos, evidenciando a importância do planejamento e da intervenção governamental sobre a formação de capital e o processo industrial para gerar a respectiva capacidade. Segundo Silva (2005 pg. 9): “*ideias que acabaram sendo comuns aos teóricos do desenvolvimento de sua época, a exemplo de Lewis*”. Nesse mesmo trabalho é apresentada a teoria de desenvolvimento conhecida como “*big-push*” (*impulso*). Com base nesta teoria, Rodan argumenta que uma indústria como um todo deveria ser tratada e planejada como uma entidade maciça (empresa ou grupo). Ele suporta este argumento citando que o “produto marginal social” de um investimento é sempre diferente do seu “produto marginal privado”, então quando um grupo de indústrias é planejado conjuntamente, de acordo

com seu produto marginal social, a taxa de crescimento da economia é maior do que ela era no anteriormente (SILVA, 2005).

Ao tentar estabelecer em linhas gerais o pensamento de Rodan, Teixeira *et al.* (2010, pg. 15), mencionam que o autor: “*contrapõe-se a abordagem gradualista e incremental da teoria tradicional e estática do equilíbrio, na condução de políticas de promoção do desenvolvimento econômico. Rosenstein-Rodan defendia a ideia de que os países atrasados precisavam de grande impulso inicial de investimento industrial para vencer o atraso e ingressar numa fase de crescimento equilibrado e autossustentado*”. Rodan entende também que se a indústria investir isoladamente não produzirá resultados economicamente eficientes em virtude das dimensões reduzidas do mercado para seu produto. A esse respeito, Teixeira *et al.* (2010) concluem que o nível de demanda adequado só seria alcançado se várias indústrias se expandissem simultaneamente, através de um grande impulso de investimentos, gerando renda simultaneamente em diversos setores para que a demanda pelo produto de qualquer indústria, isoladamente considerada, pudesse ser sustentada.

Foi buscando promover essas ideias que “*Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*” acabou ganhado notoriedade entre os trabalhos sobre desenvolvimento econômico. Rodan (1943), na parte inicial do artigo, explica que existe um excesso de população agrária nas regiões deprimidas, onde 25 % da população estariam total ou parcialmente desocupada, e isso acabaria por se tornar um entrave ao bom funcionamento dos princípios da divisão internacional do trabalho. Nesse sentido, são lançadas duas propostas para inibir o excesso de mão de obra, principalmente, em regiões mais pobres, a saber: o encaminhamento dessa mão-de-obra excedente ao capital (emigração) ou o encaminhamento do capital à mão de obra (industrialização), cuja existência dos custos de transporte foi tratada pelo autor como sendo, insignificante. Nas palavras do próprio Rodan (1943, pg. 1):

The waste of labour is by no means confined to rich industrial countries. It is considerably greater in poor agrarian countries. If the principles of international division of labour are to be applied, labour must either be transported towards capital (emigration), or capital must be transported towards labour (industrialisation). From the point of view of maximising the world income, the difference between these two ways is one of transport costs only, and may be assumed to be negligible. Emigration and resettlement would, however, present so many difficulties in immigration areas (and in emigration areas) that it cannot be considered feasible on a large scale. A very considerable part of the task will have to be solved by industrialisation.

Silva (2005, pg. 10) ressalta que, na ideia de Rodan: “*uma emigração em larga escala seria problemática e a questão do excesso de população agrária teria mesmo de ser resolvida pela industrialização*”.

No que se refere à solução dos problemas supracitados, haveria, segundo Rodan, duas alternativas de industrialização. A primeira alternativa adotaria o modelo em que a Europa Oriental e Sul Oriental se industrializariam por conta própria, sem investimento internacional e através da integração vertical de todos os tipos de indústrias – chamado de modelo russo. Já o segundo modelo, orienta para a inserção da Europa Oriental e Sul Oriental na economia mundial através de investimentos internacionais ou empréstimos de capitais.

Ao apresentar o primeiro modelo e entendendo-o como alternativo, Rodan (1943, pg. 2), não deixa de expor objeções em virtude dos problemas que viriam a ocorrer caso viesse a ser estabelecido: “[...] a primeira objeção diz respeito do fato de que a região teria um crescimento lento devido ao suprimento de capital ser realizado por fontes internas e, conseqüentemente, sacrificaria o consumo da população, impondo esforços não necessários à economia e a sociedade de um modo geral”. A segunda objeção segundo Rodan seria a: “[...] redução da divisão internacional do trabalho, devido à independência promovida em relação ao restante da economia mundial – o que por sua vez caracterizaria o empobrecimento, agora, em escala

global". O autor também ressalta que a provável ociosidade de nova indústria pesadas em âmbito mundial acarretaria desperdício de recursos.

Em relação ao segundo modelo Rodan (1943, pg. 3), observa as vantagens que este apresenta quando comparado ao modelo russo, ou seja: a) o menor sacrifício do consumo, b) uma menor tensão social que seria ocasionada diante de um aumento de renda salarial gerada pelo emprego daqueles trabalhadores que faziam parte da população agrária excedente, c) a boa aplicação dos princípios da divisão internacional do trabalho, levando em consideração a especialização promovida em regiões subdesenvolvidas e um melhor aproveitamento das indústrias pesadas já consolidadas em países desenvolvidos.

Em relação à preferência do autor quanto à aplicação de um ou outro modelo, Rodan elege o segundo, como o mais adequado – o que se percebe a partir da declaração do próprio autor de que o respectivo modelo seria: "*Clearly this way of industrialisation is preferable to the autarkic one*". *It is a tremendous task, almost without historical precedent* (RODAN, 1943, pg. 4).

Ainda segundo Rodan, a vantagem do segundo modelo de industrialização proposto, não permite analogias entre este processo de industrialização e o vigente no início do século XIX, já que se observam estruturas institucionais bem diferentes a cada período. Além disso, haveria na visão do autor, a necessidade de mudanças nas estruturas em vigor até aquele momento. As dificuldades oriundas dos problemas institucionais levariam, certamente, a participação do Estado nos projetos de industrialização, ou seja, estaria se estabelecendo, segundo Rodan, a verdadeira noção de "participação do Estado na economia". A esse respeito, Rodan (1969, pg. 254) menciona: "[...] *state supervision and guarantees can, therefore, substantially lower risks, and for that reason constitute the conditio sine qua non of international, investment on a large enough scale. Active participation of the State in economic life is a new factor which must be taken into account as a new datum*".

Com base no segundo modelo, o primeiro passo rumo à industrialização seria o de "habilitar" a mão de obra, transformando os camponeses em operários industriais (RODAN, 1943). O responsável pelo treinamento da mão-de-obra deveria ser um conjunto de indústrias a ser criado, o *Truste Industrial da Europa Oriental* (T.I.E.O.), isso porque não seria lucrativo para um empresário fazê-lo individualmente (RODAN, 1943). Nesse sentido, Silva (2005, pg. 13-14) chama atenção para o fato de que em Rodan (1969, pg.254), lança mão do argumento da divergência pigouviana entre o "produto marginal líquido social e privado", em que o primeiro é superior ao último. Ou seja, para o autor, Rodan entende que:

[...] não é lucrativo para um empresário privado fazer inversões no treinamento da mão de obra. Não há hipotecas sobre operários e o empresário que investir no treinamento de pessoal pode perder seu capital se os operários contratarem emprego com outra empresa. Embora este treinamento não seja boa aplicação de capital para a empresa privada, é o melhor tipo de investimento para o Estado. É também bom investimento para o conjunto de indústrias a ser criado, quando consideradas como um todo, ainda que possa representar custos irrecuperáveis para uma unidade menor.

Contudo, na visão de Rodan o motivo mais importante para a criação do *Truste*, como unidade de investimento planejado em larga escala seria a complementação das diferentes indústrias; reduzindo assim, o risco de insuficiência da demanda e, a partir daí, os custos associados a esse risco⁴.

Finalizando a seção, julga-se importante tratar de outro ponto apresentado pelo autor e que diz respeito aos investimentos e economias externas⁵. Seria necessário um *Truste* para

⁴ No artigo *Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe (1943)*, Rodan expõe um exemplo que procura elucidar o respectivo argumento.

⁵ Um estudo mais aprofundado sobre o conceito de economias externas foi feito por Tibor Scitovsky em seu artigo de 1954, intitulado "Dois Conceitos de Economias Externas".

promover o financiamento em larga escala. Há, no entanto, uma preocupação com a escala do investimento. Com isso, Rodan ressalta que pequenas empresas não conseguiriam internalizar as economias externas de seu investimento, logo deixariam de obter os lucros provenientes dessa internalização e, assim, não teriam sucesso em captar os empréstimos necessários para realizá-lo (SILVA, 2005).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O período que compreende a Grande Depressão e o fim da Segunda Grande Guerra provocou efeitos devastadores em termos econômicos e sociais, permitindo, ao mesmo tempo, a realização de grandes debates a respeito de prosperidade, reconstrução democrática e desenvolvimento econômico. Entre os debatedores sobressaíram-se dois gigantes do pensamento. Um deles, o brasileiro, historiador e conceituado industrial Roberto Cochrane Simonsen; o outro, o polonês Paul Narcyz Rosenstein-Rodan, economista treinado na tradição austríaca e autor do artigo seminal intitulado: *Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe* de (1943), cuja abordagem teórica continua inspirando uma legião pesquisadores na área de desenvolvimento econômico.

Além do caráter pioneiro, marca registrada entre os dois pensadores, tanto Rodan, quanto Simonsen partem do pressuposto de que a formação de capital e a industrialização, além do planejamento econômico e da intervenção estatal, são importantes para o alcance do desenvolvimento. Acreditam que países subdesenvolvidos necessitam de um grande impulso inicial – na ideia de Rodan, o “*Big Push*” – para que consigam promover um crescimento equilibrado e de autossustentado.

Possivelmente, o ponto mais importante em relação à convergência de ideias entre os autores é aquele que assegura que a indústria não deve investir isoladamente, pois, se isso ocorresse, não produziria resultados economicamente adequados. A expansão simultânea de várias indústrias induziria um efeito multiplicador em vários setores, o que por sua vez, seria capaz de gerar a sustentação da demanda pelo produto de qualquer empresa. Os autores também sugerem que para financiar os investimentos mencionados deve-se permitir a intervenção do estado e a ajuda através de fontes de financiamento externas - a aceitação de fontes credoras externas por parte de Rodan é observada em “*Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*”, quando o autor assume como alternativa para implementar o modelo de “inserção da Europa Oriental e Sul-Oriental na economia mundial”, os investimentos oriundos de fontes internacionais ou empréstimos de capitais. Ainda que de forma menos elaborada Simonsen, no início da década de 30 propôs além da criação de bancos industriais, a ajuda financeira externa – principalmente dos Estados Unidos. Esta última sugestão, diga-se de passagem, mostrou-se extremamente otimista; acredita-se que também seria influenciada pela revolta do autor em relação ao Plano Marshall, naquele momento.

Ao se tratar da relação entre industrialização e desenvolvimento no período 1930-45, não se procurou discutir sobre as limitações ou virtudes que a originou naquele momento. Estes são temas que certamente servem de estímulo a futuros trabalhos. No entanto, acredita-se ter alcançado nesta pesquisa seu principal objetivo, ou seja, o de identificar alguns dos principais pontos de convergência das ideias entre os dois grandes pensadores, cujos pensamentos ainda despertam o interesse pela pesquisa a vários estudiosos na área de desenvolvimento econômico.

5. REFERÊNCIAS

- ABREU, M. P: (org.). "A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana, 1899-1989". Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 1930 – 1964. São Paulo, 1996.
- CURADO, M. L.; Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro *Revista Economia e Sociedade*, 2012. v. 22, n. 3, p. 609-640.
- FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, v. 62, n. 2, p. 391-402, maio 1972.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: O capitalismo em construção. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- _____. A articulação nacional/regional e as origens da "Revolução de 30". *Economia Brasileira em Perspectiva Histórica.* , Brasília: Verbena, 2011.
- FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- MALAN, P.S.; BONELLI, R. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*: Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. Problems of industrialization of Eastern and South-eastern Europe. London: University College, 1943.
- _____. The International Development of Economically Backward Areas, 1944.
- _____. Problemas de industrialização da Europa oriental e sul oriental. *In: AGARWALA, A. N. e SINGH, S. P. A economia do subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Editora Forense, 1969.
- SILVA, D.F. R; A construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico. São Paulo: FEA/USP, 2005. (Dissertação de mestrado).
- SUZIGAN, W; "As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira". Em: F. REZENDE, ed. Aspectos da participação do Estado na economia. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.
- _____. Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento. 2ª ed., São Paulo: Huicitec/Unicamp, 2000.
- SIMONSEN, R.C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. In: Edgard Carone: Seleções, notas e biografias. 1ª ed. Vol. 349, 1973.

_____. As indústrias e as pesquisas tecnológicas (1941 e 1943)

_____. A Indústria e o Intercâmbio Econômico Brasil – Estados Unidos, 1944.

_____. Ensaio sociais, políticos e econômicos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

TEIXEIRA, A.; MARINGONI, G.; GENTIL, D. L. Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Desenvolvimento. O debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: IPEA, 2010.

VILLELA, A. e SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973. (Série Monográfica, n.º 10).

VILLELA, A.; De CASTRO, L.; Economia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2014.